

# PETROBRÁS, RESPEITE OS APOSENTADOS!

A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) apresenta a primeira edição de seu Boletim Especial de Aposentados e Pensionistas. Aqui você encontrará informações sobre as lutas da FNP e de seus sindicatos em defesa dos interesses da categoria, especialmente sobre Petros e AMS.

Independente das posições políticas da FNP e seus sindicatos o fato é que o Governo Bolsonaro não reverteu qualquer ataque dos governos anteriores ou amenizou qualquer efeito. Muito pelo contrário. Na AMS tem feito um ataque sistemático contra os planos de saúde de autogestão das estatais federais. Na Petrobrás, tentou aumentar a relação de custeio da AMS para 50x50 e aplicou um aumento brutal na tabela do grande risco para as faixas etárias onde encontram-se os aposentados e pensionistas, após a mudança da relação de custeio para 60x40, a partir de janeiro de 2021. Além disso, criou a Associação Petrobrás de Saúde e transferiu a responsabilidade pela operacionalização do nosso plano para uma empresa privada. <https://sindipetro.org.br/granada-mas/> A FNP segue lutando pelo retorno da gestão total da AMS sob responsabili-

dade da Petrobras e pela retomada da relação de custeio histórica que tinha a relação 70x30 só como uma referência para estabelecer o reajuste do plano de saúde.

<https://sindipetro.org.br/o-que-vem-acontecendo-contra-a-ams1/>

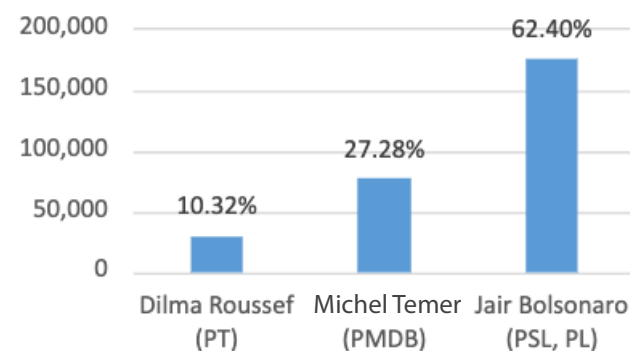
Sobre a Petros, o Governo Bolsonaro não reverteu a injustiça dos PEDs. Não determinou à Diretoria da Petrobrás que assumisse as responsabilidades da empresa e seus prepostos, mas, injustamente, as manteve divididas com os participantes. Não responsabilizou nenhuma empresa ou pessoa que prejudicou a PETROS. Manteve e mantém os prejuízos aos aposentados e pensionistas. Pior, agora debatemos a ameaça de retirada de patrocínio dos Fundos de Pensão, após a aprovação da Resolução 15 pela PREVIC. E discutiremos a rentabilidade dos principais Planos da Petros em um artigo escrito pelo economista Eric Gil Dantas.

Combinado com esses ataques está o desmonte do Sistema Petrobrás, iniciado em 2015, que foi acelerado e potencializado pelo atual governo Bolsonaro. Já são R\$ 280,4 bilhões de reais

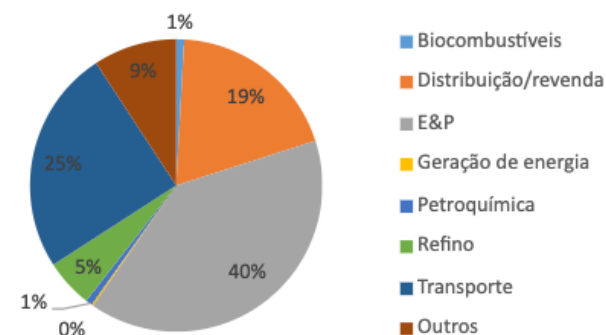
em patrimônio público entregues para a iniciativa privada (78% ao capital internacional), segundo o Privatômetro do Observatório Social do Petróleo (62,4% entregues por Bolsonaro).

A privatização da empresa prejudica o país, com a diminuição dos investimentos da Petrobras, e também atinge a categoria petroleira e traz dificuldades para a gestão do nosso fundo de pensão e precariza nosso plano de saúde.

Venda por Presidentes



Participação por setores



**Participaram da elaboração deste boletim:** Luiz Martins, da Secretaria dos Aposentados da FNP; Alealdo Hilário, da Secretaria dos Aposentados da FNP; Roberto Ribeiro, Suplente da Direção Nacional Executiva; Adaedson Costa, secretário geral da FNP; Bruno Dantas, da Secretaria de Comunicação; e Rafael Prado, da Secretaria de Comunicação.

# SALDO DEVEDOR

Desde janeiro de 2021, fruto da derrota do ACT 2020 e mais uma traição da FUP, a Petrobrás tem lançando contra os contracheques de aposentados e ativos todo um “saldo devedor” que não explicaram devidamente e nem negociaram com os Sindicatos e Federações e, muito menos, com os aposentados que foram surpreendidos com descontos estratosféricos em seus benefícios de aposentadoria, inviabilizando até a subsistência. <http://sindipetro.org.br/ams-como-o-saldo-devedor-foi-acumulado-por-obra-dos-prepostos-do-governo-tanto-na-petrobras-quanto-na-petros/>

Além do aumento da margem consignável de 13% para 30%, que afetou a vida de milhares de pessoas e suas famílias, prejudicando também o repasse de mensalidades das entidades.

Segundo a Petrobrás, parte da cobrança retroativa é referente às contribuições fixas (grande risco) que foram descontadas com valores inferiores no período de dezembro de 2016 a agosto de 2018, porque a Petrobrás errou e desconsiderou o benefício do INSS para fins do enquadramento dos titulares aposentados, a partir de seus vencimentos totais, na tabela de custeio do grande risco. Isto é, não considerou a remuneração total com PETROS + INSS, mas apenas o benefício PETROS.

<https://sindipetro.org.br/petros-errou-e-quer-descontos-retroativos/>

<https://sindipetro.org.br/petrobras-e-transpetro-erraram/>

Segundo especialistas, as dívidas têm um prazo de cinco anos a partir do vencimento para serem cobradas na Justiça. Após esse tempo a dívida é prescrita e os fornecedores não podem cobrar o consumidor novamente.

Mas mesmo após a prescrição, muitos con-

sumidores continuam sendo cobrados pelas dívidas. Isso é algo que não pode acontecer, afirmam.

Todos que vêm se sentindo e sendo prejudicados por recorrentes descontos da AMS, especialmente aqueles que não estão claros, orientamos que registrem suas dúvidas e demandas nos canais da AMS. Solicitem o esclarecimento quanto ao que se trata os descontos aumentados de AMS em seus específicos contracheques. Vez por outra se descobre outras cobranças retroativas, também questionáveis judicialmente.

<https://sindipetro.org.br/use-os-canais-de-comunicacao-da-ams/>

*Fonte: Sindipetro-RJ e Exame.*

## A LUTA DA FNP É PELO FIM DAS COBRANÇAS ABUSIVAS NA AMS

A FNP defendeu o retorno a relação de custeio 70x30, o fim da contribuição extraordinária em novembro, fim do reajuste pelo VCMH em março e a manutenção da margem consignável de 13% durante as negociações do ACT 2022/23.

Também denunciemos que as doenças ocupacionais e acidentes de trabalho estavam aumentando o custo do plano e onerando toda a categoria. Entendemos que, pela natureza desses eventos, esses custos deveriam ser suportados exclusivamente pela empresa.

Um Grupo de Trabalho (GT) será constituído entre representantes da empresa e das entidades sindicais, durante a vigência do atual ACT, para tentar achar uma solução para o índice de reajuste do Plano e também para discutir os impactos das doenças ocupacionais e acidentes de trabalho no custeio da AMS.

A FNP já enviou ofício solicitando o agendamento de reunião do GT, porém, até o fechamento dessa edição não obteve resposta.

# AMS É DIREITO ADQUIRIDO! EXIGIMOS O RETORNO DOS EXCLUÍDOS DO PLANO!

Recentemente, a Petrobrás informou que mais de 1000 beneficiários saíram da AMS. Nós temos certeza que a maior parte desses companheiros não suportaram pagar os aumentos (média de 259% superando os 1000% nas menores faixas salariais) e os descontos abusivos que, desde 2021, destroem a categoria. <https://sindipetro.org.br/quanto-os-petroleiros-perderao-de-sua-renda-com-a-proposta-da-ams/>

A FNP cobrou da empresa a relação completa dos excluídos para poder exigir a negociação e o retorno dessas pessoas para o plano. Não podemos aceitar que valorosos companheiros, que ajudaram a construir a Petrobrás, no momento em que mais precisam de um plano de saúde, tenham de escolher entre colocar comida na mesa ou permanecer no plano, por decisões de uma gestão que não honra os trabalhadores e muito menos os aposentados e pensionistas.

## A LUTA EM DEFESA DA AMS DURANTE A NEGOCIAÇÃO DO ACT 2022/23

Durante a negociação do ACT 2022/23, a gestão do governo Bolsonaro na Petrobrás tentou mais uma vez aumentar a relação de custeio para 50x50. Isso implicaria num aumento linear de 25% na tabela do grande risco. Além disso, o governo queria colocar uma cláusula automática de pagamento do saldo devedor, o que levaria a um aumento das despesas com o plano de saúde logo após o fechamento do exercício anual. Por fim, todas as cláusulas que versavam sobre a operacionalização e gestão do plano seriam retiradas do Acordo Coletivo da categoria e ficariam sob responsabilidade exclusiva da Associação Petrobrás de Saúde. Um verdadeiro absurdo!

A Federação Nacional dos Petroleiros e seus sindicatos mais uma vez conseguiram impedir o aumento da relação de custeio. Já havíamos barrado a resolução CGPAR 23, numa luta articulada com outras categorias em Brasília, e agora, mesmo após Paulo Guedes ter editado uma resolução durante as negociações do ACT, exigindo o aumento

Na Petrobras vimos – ACT 2020 - Balanço 2020 (R\$ 13Bi de reversão de reserva atuarial da AMS ao resultado e aos lucros)

### Gestão do passivo atuarial

Petros Plano de Pensão	
PPSP	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação do novo Plano de Equacionamento de Déficit em 2020, reduzindo o impacto financeiro das contribuições extraordinárias</li> </ul>
PP-3	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aprovação pela SEST em nov/20 e PREVIC em jan/21</li> <li>Previsão de abertura para inscrições: março de 2021</li> </ul>
Pré-70	<ul style="list-style-type: none"> <li>Liquidação parcial antecipada do TCF Pré-70 em dez/20 e jan/21, reduzindo garantias reais, despesas com juros e melhorando a liquidez dos Planos</li> </ul>
AMS Plano de Saúde	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alteração da coparticipação de custeio do plano de 70%/30% para:               <ul style="list-style-type: none"> <li>2021: 60%/40%</li> <li>2022: 50%/50%</li> </ul> </li> <li>US\$ 2,5 bilhões de ganho no 4T20</li> </ul>



para 50x50, conseguimos derrotar a gestão da empresa. Porém, não foi possível retornar à condição anterior de 70x30.

A Petrobrás lucrou mais de 100 bilhões de reais em 2021 e repetiu o mesmo lucro apenas no primeiro semestre de 2022. Além disso, irá se tornar a maior pagadora de dividendos do mundo. A política do atual governo é dar tudo para os acionistas e nada para os trabalhadores. Após o ACT de 2020, a gestão bolsonarista da Petrobrás projetou uma

economia de 13,5 bilhões de reais com a AMS. Ou seja, dinheiro do seu bolso que foi transferido para os já muito ricos acionistas da Petrobrás.

Precisamos impedir a reeleição de Bolsonaro e exigir do próximo governo o retorno à relação de custeio 70x30, o fim da cobrança do Saldo Devedor da AMS e o fim do aumento pelo VCMH em março, já que esse índice é muito superior aos reajustes da categoria, sobretudo dos aposentados, que em sua maioria recebem apenas o reajuste anual pelo IPCA.

# PREVIC APROVA RESOLUÇÃO 15, VEJA OS IMPACTOS NA PÉTROS

A Supereminência Nacional de Previdência Complementar (Previc) aprovou a Resolução Previc nº 15, de 20 de setembro de 2022, que dispõe sobre o requerimento de licenciamento e a operacionalização da retirada de patrocínio e da rescisão unilateral de convênio de adesão, no âmbito de regime de previdência complementar operados pelas entidades fechadas de previdência complementar.

A resolução foi objeto de Consulta Pública 01/22, que contou a contribuição da sociedade civil, e está sendo editada para regulamentar a Resolução CNPC nº 53, de 10 de março de 2022, aprovada pela Previc. <https://sindicpetro.org.br/parecer-resolucao-53/>

A Resolução nº 15, que entra em vigor em 1º de outubro de 2022, segundo a Previc, buscou favorecer apenas diretrizes de natureza procedimental, relacionadas à apresentação de requerimento de licenciamento de retirada de patrocínio e de rescisão unilateral de convênio de adesão, sem alterar, reduzir ou ampliar qualquer comando exagerado pela Resolução editada pelo CNPC.

Segundo Marcos Coelho, advogado da FNP, a referida resolução ainda prevê outras situações para os participantes que, por ventura, se mantenham inertes ou não sejam localizados para tomar ciência de eventual retirada de patrocínio, prevendo ainda que a cobrança das obrigações e débitos dos participantes será à vista por meio de encontro de contas, o que significa que em eventual retirada de patrocínio todos os débitos serão descontados imediatamente da reserva individualizada.

“Ao tratar do exigível contingencial e passivo contingencial, previu ainda, que caso a retenção patrimonial seja inferior à decisão judicial ou administrativa ocorrida após a data do cálculo (retirada de patrocínio) o patrocinador quem deverá aportar o montante necessário,” esclarece Marcos.

## **Papel da Previc**

Em resumo, a função da PREVIC é de fiscalizar eventual retirada de patrocínio das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Conseqüentemente, se o órgão regulador edita normas para este fim, cabe ao fiscalizador traçar os procedimentos exigidos para se evitar vícios e conseqüentemente litígios quanto a questão, o que pode dar base para eventuais impugnações, além de demandas judiciais, se necessário for.

“Ocorre que, diante do Plano Equacionamento de Déficit vigente, da necessidade de aportes bilionários para eventual retirada de patrocínio, acreditamos ao menos no momento, que não existe um cenário de provável retirada de patrocínio dos PPSP´s, e caso no futuro venha a ocorrer, estaremos preparados para ouvir os anseios da categoria e se necessário for, atuar administrativa e judicialmente na defesa de seus interesses, sendo necessário nos atentarmos ao cenário político, o qual irá ditar os próximos passos das patrocinadoras”, finaliza o advogado da FNP.

## **LEI DERRUBA ROL TAXATIVO DA ANS, FAVORECE PETROLEIROS COM PLANOS DE SAÚDE AMS**

Com a publicação da Lei 14.454, no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro, as operadoras de assistência à saúde poderão ser obrigadas a oferecer cobertura de exames ou tratamentos que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar.

A norma é oriunda do Projeto de Lei (PL) 2.033/2022, aprovado no fim de agosto no Senado. O texto, que alterou a Lei 9.656, de 1998, estabelece que o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde (Reps), atualizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), servirá apenas como referência básica para os planos privados de saúde contratados a partir de 1º de janeiro de 1999.

Mas, Paulo Coelho, advogado da FNP, lembra que caberá sempre à ANS editar norma com a amplitude das coberturas no âmbito da saúde suplementar, inclusive de transplantes e procedimentos de alta complexidade.

Tratamentos fora dessa lista deverão ser aceitos, desde que cumpram uma das condicionantes: ter eficácia, à luz das ciências da saúde, baseada em evidências científicas e plano terapêutico; ter recomendações da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec); ou ter recomendação de, no mínimo, um órgão de avaliação de tecnologias em saúde que tenha renome internacional.

Fonte: Senado.

# COMPARANDO A RENTABILIDADE DA PETROS COM OUTROS PLANOS: UM CENÁRIO PREOCUPANTE?



**Eric Gil Dantas**, economista do Ibeps e do Observatório Social do Petróleo (OSP)

Neste artigo, Eric Gil Dantas, economista do Ibeps e do Observatório Social do Petróleo (OSP), analisa comparativamente a rentabilidade dos planos da Petros e de outras entidades, com a finalidade de dimensionar o desempenho da Petros diante do cenário nacional.

Ele mostra que o fundo dos trabalhadores da Petrobrás vem com um desempenho financeiro preocupante.

## A Petros no cenário nacional

Os planos da Petros (Petros 2, PPSP Repactuados e PPSP Não-repactuados) estão com uma rentabilidade baixa nos últimos anos. Isto pode ser visto tanto comparando com outros planos de previdência complementar fechados, quanto comparando com as próprias metas de rentabilidade anunciadas pela Petros.

Os planos da Petros tiveram os desempenhos mais fracos dentre os dados selecionados. Se considerarmos a média na-

cional (EFPCs) o desempenho foi consideravelmente mais baixo, o PPSP-Repactuados (o que teve a maior rentabilidade), por exemplo, rendeu 12,37 pontos percentuais a menos do que a média nacional, e o Petros 2 rendeu 22,66 pontos percentuais a menos.

## A Petros diante do espelho: rentabilidade e objetivo de retorno

Agora vamos comparar a rentabilidade da Petros com o

seu próprio objetivo de retorno.

Quando comparamos rentabilidade e objetivo podemos ver que os últimos quatro anos não foram muito positivos. No Petros 2 só em 2019 que o plano rendeu mais do que tinha por objetivo, 4,74 pontos percentuais a mais. Mas em 2018 e 2021 chegou a ter rentabilidade 12 pontos percentuais inferior ao que tinha por objetivo. Nos dois PPSP o problema parece ser um pouco menor. Só o ano de 2021 foi destaque negativo, com rentabilidade

quase 20 pontos percentuais inferior ao que tinha por objetivo. Mesmo assim, ainda têm uma rentabilidade mais próximo do objetivo do que o Petros 2.

Neste ano de 2022 a rentabilidade dos planos está mais próxima do objetivo. Até agosto de 2022, a Petros 2 quase atingiu seu objetivo de render 7,7%, e os PPSP ficaram 2 pontos percentuais abaixo do objetivo, mas ainda assim rendendo 5,4% e 5,5% (o INPC acumulado até agosto foi de 4,65%).

**Leia o texto na íntegra, aqui:**

<https://fnpetroleiros.org.br/noticias/7094/comparando-a-rentabilidade-da-petros-com-outros-planos-um-cenario-preocupante>

